

Ref. da noticia 1198

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Angola	05-05-2006	AngolaPress	www.angolapress-angop.ao

Título

Sonangol anuncia décima descuberta petrolífera em águas ultra-profundas

Texto

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) e a BP Exploration/Angola anunciam uma nova descuberta petrolífera denominada Úrano-1, efectuada no Bloco 31 (provincia do Zaire), em águas ultra-profundas no offshore de Angola.

Esta é a décima descuberta que a BP efectua no Bloco 31, depois do Plutão, Saturno, Marte, Vénus, Palas, Ceres, Juno, Aestreae e Hebe.

O poço Úrano-1 foi perfurado pelo navio sonda Jack Ryan, a uma profundidade de água de 1.938 metros, a cerca de 345 quilómetros a Noroeste de Luanda e atingiu uma profundidade total de 4.578 metros abaixo do nível do mar.

Esta é a primeira descuberta no Bloco 31 em que um poço de exploração foi perfurado através de camadas de sal para se atingir os reservatórios de petróleo.

O poço foi testado a uma taxa de produção animadora e 1.970 barris de petróleo por dia através de um fluxo estrangulador de 86/64 polegadas.

A Sonangol é a concessionária do Bloco 31. A BP Exploration (Angola) Limited, como operador, detém 26,67% de interesses e tem como parceiros a Esso Exploration and Production Angola (Bloco 31) que detém 25 por cento.

A Sonangol EP detém 20 por cento, a Statoil Angola A.S. tem 13,33, a Marathon Petroleum Angola Limited tem 10 e a Tepsa (Block 31) Limited (subsidiária do Grupo Total) com 5.

Ref. da noticia 1200

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Cabo Verde	05-05-2006	A Semana	www.asemana.cv

Título**Cabo Verde no top dos destinos turísticos em Inglaterra****Texto**

Um inquérito realizado no Reino Unido mostra que Cabo Verde figura no topo da lista dos novos destinos preferidos pelos britânicos para passar as férias. Uma tendência que tende a crescer, segundo acreditam alguns operadores nacionais e estrangeiros.

Para além de Cabo Verde, referido como "um dos novos destinos favoritos", os britânicos estão a deslocar-se para o Canadá e para a Bulgária para desfrutar de alguns dias de descanso.

A notícia é divulgada pelo jornal "Glasgow Evening Times", que refere ainda que um em cada dez ingleses pretende comprar uma segunda casa, para férias, na Bulgária.

A aquisição de propriedades por parte dos britânicos nesta ex-nação do Bloco Soviético aumentou 38 por cento desde Janeiro deste ano.

Cabo Verde vem subindo na cotação dos ingleses nos últimos dois anos. Várias missões empresariais já chegaram a estas ilhas, estando em curso diversos investimentos com capitais ingleses, escoceses e irlandeses. Acredita-se, inclusive, que depois de Portugal, Itália e Alemanha, o Reino Unido deverá despontar nos próximos tempos como o principal mercado turístico com destino a Cabo Verde.

Ref. da noticia 1189

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Guiné Bissau	03-05-2006	Notícias Lusófonas	www.noticiaslusofonas.com

Título**Realização de Estados Gerais debatida no parlamento este mês****Texto**

A realização dos Estados Gerais, iniciativa de quadros de vários partidos políticos da Guiné-Bissau, vai ser debatida no Parlamento guineense ainda este mês, garantiu hoje um dos promotores.

Idrissa Djaló, que é também presidente do Partido de Unidade Nacional (PUN), desdramatizou o facto do anterior Estados Gerais, realizados em Março e Abril últimos, terem sido pouco participados, alegando que a mensagem, na altura, não passou correctamente.

"O Presidente do Parlamento (Francisco Benante) já nos indicou que convocará esse órgão de soberania para analisar os conteúdos por nós propostos para a saída da crise", afirmou Idrissa Djaló, um dos 12 co-promotores da iniciativa.

Segundo indicou, os Estados Gerais já contam com o apoio do próprio presidente guineense, João Bernardo "Nino" Vieira, e do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), major-general Tagmé Na Waie, o que, disse, "vai simplificar bastante" o processo.

Idrissa Djaló reafirmou a necessidade de a União Europeia (UE), através de Portugal e da França, se transformar na "locomotiva" da iniciativa, lembrando que, além dos partidos políticos e das chefias militares, também as diferentes confissões religiosas, sociedade civil, organizações internacionais e corpo diplomático estão "entusiasmados".

A realização dos Estados Gerais visa promover a reconciliação nacional num país profundamente dividido, sobretudo em termos políticos e militares, de forma a garantir a paz, estabilidade e desenvolvimento da Guiné-Bissau.

"Se todos chegarem a um acordo de compromisso, estarão, depois, abertas as portas para a criação de um Pacto Nacional de Estabilidade, de uma espécie de Comissão de Verdade e Reconciliação, à semelhança do que se passou na África do Sul pós-apartheid e que envolverá também os militares, e ainda de uma eventual amnistia", sublinhou Idrissa Djaló.

Idrissa Djaló desejou que, assim que for possível, possam ser criadas ainda condições para o regresso ao país dos quadros guineenses no exterior, bem como do primeiro presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, exilado em Portugal desde 1980, e dos antigos combatentes que lutaram ao lado do exército português.

A organização da iniciativa vai também, em breve, criar um site na Internet, destinado a permitir a participação dos guineenses que residem fora do país, contando, para tal, com a colaboração da Guineáspora, uma associação de quadros liderada por Mário Cabral e com sede em Lisboa.

Além de Idrissa Djaló, integram a coordenadora dos Estados Gerais vários antigos ministros e quadros partidários, como João José "Huco" Monteiro, Armando Tchobá dos Santos, Carlos Vamain, Nelvina Barreto, Rui Landim, Mário Cabral, Alexandre Furtado, Suleimane Djaló, Mamadu Embaló e Constantino Correia, entre outros.

Ref. da noticia 1193

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Moçambique	02-05-2006	Notícias Lusófonas	www.noticiaslusofonas.com

Título**Patrões querem ambiente de negócios «mais competitivo»****Texto**

O presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Salimo Abdula, apelou hoje ao governo moçambicano para criar mecanismos que tornem o ambiente de negócios mais competitivo no país, tendo em conta a globalização.

"Temos de encontrar as melhores formas de podermos enfrentar este fenómeno de globalização", disse Salimo Abdula, na véspera da realização da 9ª conferência anual do sector privado, que decorrerá esta semana, em Maputo, sob lema "Por um melhor ambiente de negócios, oportunidades de mercado global".

Abdula sugeriu que a iniciativa deve ser implementada em simultâneo com o programa governamental de criação de condições para o financiamento de pequenas e médias empresas em Moçambique.

"Sem um ambiente económico favorável não se pode desenvolver o empresariado" moçambicano, sublinhou o presidente da CTA, que representa as entidades patronais do sector privado em Moçambique.

"Daqui a alguns anos, a livre circulação de pessoas e bens vai ser efectiva e nós não podemos ficar à espera que este fenómeno aconteça sem que encontremos as nossas próprias soluções", exortou.

Abdula reconheceu que Moçambique já atingiu a estabilidade macroeconómica, considerando-a "um dos aspectos importantes" para o desenvolvimento da actividade empresarial no país.

No entanto, exortou, "o executivo moçambicano deve intensificar esforços no sentido de melhorar o ambiente empresarial como um contributo para o seu programa de redução da pobreza".

O empresário considerou prioritário, por exemplo, investir no capital humano jovem, sobretudo através de um eficiente sistema de educação profissional e vocacional.

"Devo sublinhar que hoje Moçambique tem alguma capacidade humana bem preparada, situação que é diferente da que tínhamos há 15 ou 20 anos", disse, considerando fundamental preparar "esta faixa de mão-de-obra especializada", especialmente para o sector produtivo e para a área agrícola.

"A agricultura e a agro-indústria devem produzir impacto a nível do distrito, mas, para isso, temos que passar dos discursos às acções concretas", considerou.

"O sector privado já tem estado a actuar nestas áreas, mas poderíamos acelerar muito mais a nossa actuação se tivéssemos um ambiente económico favorável", referiu.

"Gostaríamos, obviamente, de sentir uma celeridade da parte dos nossos parceiros, neste caso o governo, que está a implementar algumas reformas discutidas há tempos", concluiu.

Ref. da noticia 1202

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Moçambique	04-05-2006	Notícias Lusófonas	www.noticiaslusofonas.com

Título**Redução de direitos opõe sindicatos a patrões na lei laboral****Texto**

A redução da indemnização ao trabalhador em caso de despedimento sem justa causa e a diminuição das férias são as principais divergências entre os sindicatos e os empregadores sobre as reformas da actual lei laboral moçambicana.

Com a tese de atrair investimento nacional e estrangeiro e gerar mais postos de trabalho, o Governo, as entidades patronais e a comunidade doadora internacional defendem que a futura lei laboral moçambicana deve flexibilizar a rescisão contratual e conceder menos dias de férias.

Esse argumento é liminarmente rejeitado pelas principais organizações sindicais, que entendem que as alterações defendidas pelos seus parceiros na questão laboral "vai promover a precarização das relações laborais e levar ao desemprego de milhares de trabalhadores".

A anteproposta de revisão da lei do trabalho formulada pelo Governo e apoiada pelos empregadores preconiza um máximo de 15 dias de salário por ano como compensação pelo despedimento por iniciativa da entidade patronal, contra o limite de três meses de salário por cada dois anos de trabalho estipulados na actual lei.

A mesma proposta de reforma legal aponta para sete dias o tempo de aviso prévio, tanto para os trabalhadores, como para as entidades patronais, que pretendam desvincular dos respectivos parceiros laborais, face aos três meses de aviso prévio estabelecidos na actual lei do trabalho.

Em relação aos dias de férias, os empregadores defendem uma diminuição do actual máximo de 30 para 24 dias o período de férias.

O governo e os empregadores advogam igualmente uma maior celeridade nos despedimentos por infracção disciplinar, diminuindo de 60 para apenas 10 dias o tempo para as entidades patronais deduzirem a acusação contra o eventual infractor, a contar a partir do dia em que tomar conhecimento do ilícito laboral.

Para a decisão sobre o despedimento, a anteproposta preconiza um período de 10 dias, a contar da data da recepção da defesa do empregado contra os actuais 30.

Com o objectivo de liberalização do mercado de emprego, a proposta de revisão da actual legislação laboral introduz a figura da cedência ocasional do trabalhador, por virtude da qual uma entidade patronal pode passar temporariamente a outra o seu empregado.

Também no mesmo sentido, a proposta prevê a criação de agências privadas de emprego, que se irão dedicar ao recrutamento e cedência temporária de mão-de-obra a utilizadores.

Face às mexidas que o executivo, através da Unidade Técnica de Reforma Legal (UTREL), pretende introduzir no actual quadro legal das relações laborais, os principais movimentos sindicais garantem que se irão opor a alterações que reduzam os direitos dos trabalhadores.

"Aceitar a diminuição dos termos indemnizatórios em caso de despedimento por iniciativa do empregador e diminuir os dias de férias é atentar contra os direitos que os trabalhadores moçambicanos conquistaram com a independência do país, em 1975", disse à Lusa o secretário-geral da Confederação dos Sindicatos Livres e Independentes de Moçambique (CONSILMO), Jeremias Timane.

Timane, cuja organização congrega cerca de 90 mil associados, desmente o argumento de que o despedimento fácil e menos dias de férias vão promover a criação de mais emprego e crescimento económico em Moçambique.

"O país pode crecer mantendo intacta a actual lei do traballo, pois a estagnación da economía tem a ver com outros factores e não com um suposto favorecimento dos trabalhadores pela actual lei do traballo", sublinhou o secretário-geral da CONSILMO.

No mesmo sentido se pronunciou o porta-voz da Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), a maior e mais antiga frente sindical moçambicana, Francisco Mazoio, com mais de 100 mil membros.

"Para a OTM, essa proposta de revisão da lei laboral é inconcebível, a nossa organização não se vai aliar a alterações que degradem a estabilidade dos vínculos laborais", sublinhou Francisco Mazoio.

Mazoio disse que a proposta de diminuição da indemnização em caso de rescisão contratual por iniciativa do empregador irá condenar muitos trabalhadores ao desemprego.

"Aquilo que dizem que vai flexibilizar o mercado de emprego no fundo irá deteriorar os vínculos laborais, pois os empregadores poderão despedir a pouco custo e quase sem aviso prévio", afirmou Mazoio.

O presidente da Confederação das Associações Económicas (CTA), que congrega mais de 25 organizações empresariais, Salimo Abdula, rebate esses argumentos "A redução dos custos altos na contratação e cessação de contratos de traballo vai apoiar e induzir o investimento em actividades de uso de mão-de-obra intensiva e criar mais oportunidades de emprego", sustenta.

Considerando a actual lei do traballo como um dos obstáculos aos negócios em Moçambique, Abdula disse ainda que "com a redução dos custos de contratação e cessação de contratos de traballo, as pequenas e médias empresas que actuam no sector informal, poderão optar por uma maior formalização nas suas relações laborais, melhorando também a sua contribuição na segurança social".

Ref. da noticia 1181

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Portugal	28-04-2006	Jornal de Notícias	jn.sapo.pt

Título**Língua Portuguesa excluída****Texto**

O Parlamento Europeo aprovou ontem, com os votos contra dos deputados portugueses, uma iniciativa da Comissão Europeia que visa a criação de um Indicador europeu de Competência Linguística que exclui a língua portuguesa.

Este novo instrumento destina-se a avaliar as aptidões linguísticas dos estudantes europeus apenas nas cinco línguas mais ensinadas na União - inglês, francês, alemão, castelhano e italiano. De fora, fica o português, sexta língua mundial e terceira língua europeia mais falada.

O conceito que está na base do Indicador de Competência Linguística aposta em assegurar que cada cidadão a trabalhar ou a estudar na Europa domine, no futuro, pelo menos dois idiomas estrangeiros.

Inicialmente, a ideia não partiu da Comissão mas sim do Conselho Europeu de Barcelona, de Março de 2002, no qual ficou assente que a aprendizagem das línguas deveria ser encorajada e utilizada para promover a mobilidade.

Perante a resistência dos portugueses, o relator do PE para a questão do multilinguismo, Manolis Mavromatis, procurou dar garantias de que, após esta fase inicial, será possível alarga o leque de línguas abrangidas. E insistiu em que as línguas minoritárias serão objecto de um outro relatório sobre como assegurar o multilinguismo.

De acordo com recentes sondagens sobre o conhecimento de línguas estrangeiras, 38% dos europeus falam inglês, 14% alemão, outros 14 % falam francês, 6% castelhano e 3% italiano.

Após a votação, dois parlamentares portugueses explicaram formalmente os seus votos "contra". Luís Queiró, do CDS-PP, considerou inaceitável que a UE privilegie certas línguas em detrimento de outras, particularmente, o português, falado por 200 milhões de pessoas. E considera "preocupante" que o futuro Indicador revele "uma Europa mais virada para si mesmo e menos para o mundo". A comunista Ilda Figueiredo alertou para o risco de se criar "um directório que selecciona as línguas a utilizar".

Ref. da noticia 1184

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	28-04-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título**Confrontos em Díli deixam um polícia ferido, carros incendiados****Texto**

Um polícia que fazia a segurança do Palácio do Governo em Díli ficou hoje ferido nos confrontos com militares contestatários que se manifestaram hoje na capital timorense, disse à Lusa uma fonte do gabinete do primeiro-ministro Mari Alkatiri.

Os militares contestam alegadas discriminações de natureza étnica no seio das forças armadas timorenses e na segunda-feira tinham dado um prazo de cinco dias ao Governo de Díli para que desse uma solução à crise.

Os incidentes que se verificaram hoje junto ao Palácio do Governo causaram ainda estragos materiais, sendo que os mais visíveis foram no próprio edifício - que ficou com muitas janelas partidas - e em três viaturas, que foram incendiadas, constatou a agência Lusa ao percorrer a cidade.

Os incidentes que ocorreram hoje ao princípio da tarde em Díli (início da manhã em Lisboa), e durante os quais foram disparados tiros, surgem na sequência das manifestações que se sucedem desde segunda-feira.

Testemunhos populares referem que o mercado Taibessi foi também na tarde de hoje palco de incidentes, à semelhança dos descatos ali registados na quarta e na quinta-feira.

Fonte da embaixada de Portugal e o coordenador da Fundação das Universidades Portuguesas disseram à Lusa que nenhum cidadão português foi apanhado nestes incidentes.

Os incidentes coincidiram com o final de um encontro de empresários no principal hotel da capital de Timor-leste, onde estava previsto um almoço com a participação do Presidente da República, Xanana Gusmão, e do primeiro-ministro, Mari Alkatiri, além de outros membros do governo.

Cerca das 13:30 locais (05:30 em Lisboa), uma viatura da Polícia passou junto ao hotel e informou, através de um megafone, que os manifestantes tinham "atacado" o Palácio do Governo, sem dar mais pormenores.

Xanana Gusmão e Mari Alkatiri foram rapidamente retirados do local, enquanto se ouviam disparos na rua.

Populares que testemunharam os confrontos no local da manifestação declararam à Lusa que os manifestantes furaram as barreiras policiais nessa zona da cidade, a cerca de 100 metros do Palácio do Governo.

Os polícias, indicaram à Lusa os mesmos populares, recuaram perante os militares contestatários.

O gabinete do primeiro-ministro tinha distribuído hoje uma nota em que afirmava que a partir de agora a manifestação dos militares era ilegal "à luz do direito em vigor em Timor-leste".

"O governo, em coordenação com os outros órgãos de soberania, vai pois afirmar a autoridade do estado de direito democrático. Não lhe resta outra solução para repor a legalidade e o respeito pelas instituições e pela ordem pública", assinala a nota.

Díli estava cerca das 14:00 (6:00 em Lisboa) sem comunicações móveis (telemóveis), estando a funcionar apenas os telefones fixos.

Ref. da noticia 1196

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	01-05-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título**"Só confiamos no presidente Xanana" - Tenente Gastão Salsinha****Texto**

O porta-voz dos militares contestatários timorenses, tenente Gastão Salsinha, disse hoje, em entrevista telefónica à agência Lusa, que só confia no presidente Xanana Gusmão e que o governo mente.

"Só confiamos no presidente Xanana. Não confio no governo.

Eles mentem e mataram", afirmou.

Escondido nas montanhas, mas sem especificar em que área, o tenente Gastão Salsinha disse que está acompanhado "de mais de 100 militares" e que não tenciona entregar-se, como apelou domingo o primeiro-ministro, Mari Alkatiri.

"Eles mentem e mataram. Tenho informações que mataram mais de 60 pessoas", acusou.

Oficialmente, as autoridades timorenses continuam a fixar em cinco o número de vítimas mortais e em 35 o de feridos, entre os quais quatro polícias.

O tenente Gastão Salsinha disse que apenas confia no presidente Xanana Gusmão.

"Ele é o nosso presidente. É o nosso comandante supremo. Se ele fica calado, nós também ficamos e continuamos nas montanhas", frisou, salientando que vão continuar a luta a partir das montanhas, mas sem querer entrar em pormenores quanto ao formato dessa luta.

Questionado sobre a alegação das autoridades timorenses quanto à presença do bando Colimau 2000 na manifestação, iniciada no passado dia 24 de Abril, o tenente Salsinha desmentiu a presença de qualquer grupo organizada.

"Além de nós, os peticionários, estavam só os nossos familiares e amigos. São todos nossos simpatizantes", respondeu.

O tenente Gastão Salsinha é a face visível do descontentamento de centenas de militares que se auto-designam "loromonu", ou seja, provenientes dos 10 distritos da parte ocidental de Timor-Leste.

Aqueles militares abandonaram as unidades em Fevereiro e apresentaram-se, desarmados, na Presidência da República, para que Xanana Gusmão ajudasse a pôr cobro às discriminações que alegam serem alvo nas suas unidades.

Esses alegados actos de discriminação são de natureza étnica, perpetrados por comandantes "lorosae", ou seja naturais dos três distritos da parte leste.

O brigadeiro-general Taur Matan Ruak considerou em Março que os 591 militares, ao se manterem fora das suas unidades, se tinham colocado à margem da instituição, pelo que passavam a ser considerados civis, decisão administrativa avalizada pelo governo.

Em duas ocasiões, Xanana Gusmão, em mensagens à nação, criticou a decisão de Taur Matan Ruak e do ministro da Defesa, Roque Rodrigues, considerando que nada tinham feito para arranjar uma solução para os problemas invocados pelos militares contestatários.

Estes convocaram uma manifestação para Dili, iniciada a 24 de Abril, e deram um prazo aos órgãos de soberania para que dessem passos para ultrapassar as discriminações que invocam.

Cinco días depois, na passada sexta-feira, a manifestação transformou-se em violentos confrontos na zona do Palácio do Governo, que se estendera aos subúrbios da parte ocidental da cidade.

A entrada em cena das forças armadas permitiu inverter para o lado do governo uma situação que, no início, foi marcada por notórias e evidentes dificuldades.

Ref. da noticia **1194**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	04-05-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título

População em pânico refugia-se nas montanhas

Texto

Centenas de viaturas, lotadas e carregadas de víveres, iniciaram durante a noite e ao longo da manhã de hoje (menos oito horas que em Lisboa) um verdadeiro êxodo para as montanhas, testemunhou a Lusa.

O movimento chegou a provocar enormes engarrafamentos nos principais eixos de saída da capital e junto a supermercados e estações de abastecimento de combustível.

Para ajudar à confusão, a rede de comunicações móveis voltou hoje de manhã a registar um substancial aumento de tráfego, o que impediu um normal funcionamento do serviço.

Face ao pânico instalado no seio da população, com muitos bairros praticamente desertos, o presidente Xanana Gusmão, o primeiro-ministro Mari Alkatiri, e os ministros da Defesa e do Interior, Roque Rodrigues e Rogério Lobato, reuniram-se hoje na Presidência da República.

Em conferência de imprensa no final, Xanana Gusmão e Mari Alkatiri anunciaram que até às 16:00 horas de hoje (08:00 horas em Lisboa) os efectivos das forças armadas regressarão aos quartéis e os agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste voltarão a transportar as armas que habitualmente lhes estão distribuídas, deixando de utilizar espingardas automáticas e outro tipo de armas pesadas.

"A ideia é fazer passar à população que já acabou a fase de controlo e se passa agora à fase de estabilização", explicou Xanana Gusmão, sublinhando que "os rumores devem terminar".

Entretanto, a embaixada australiana distribuiu hoje de manhã alertas aos seus cidadãos e cooperantes, incluindo os de outras nacionalidades, para que se mantenham em casa com o telemóvel ligado, para a eventualidade de serem contactados.

O movimento pendular da população entre as montanhas e os bairros de Díli ganhou forte expressão nos últimos dias, com os habitantes que quarta-feira regressaram à cidade a aproveitarem a estada para reforçar o "stock" de víveres.

O sentimento de pânico foi reforçado quarta-feira à noite, com a transmissão pela televisão nacional de um documentário que assinalou a celebração do Dia Da Liberdade de Imprensa.

Este documentário, produzido pela estação de televisão australiana Nine, relatou, com depoimentos actuais e imagens de arquivo, o homicídio de quatro jornalistas, três australianos e um neo-zelandês, em 1975, aquando da invasão indonésia do território.

Na conferência de imprensa, tanto Xanana Gusmão como Mari Alkatiri acentuaram que as autoridades estão a controlar a situação.

"Estamos a gerir a situação. Vamos impedir que a população continue a entrar em pânico. O grande problema é a população continuar a fugir", frisou o presidente da República.

Ref. da noticia 1204

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	05-05-2006	Lusa Timor Leste	www.lusa.pt

Título**Três quartos da população abandonaram a capital - ONU****Texto**

Mais de 70 por cento da população residente em Díli abandonou a capital nos últimos dias, sobretudo nas últimas 48 horas, disse hoje fonte das Nações Unidas à Lusa.

Donna Cusumano, responsável pelo Gabinete de Comunicação Social da missão da ONU em Timor-Leste (UNOTIL), precisou que só na quinta-feira, dia em que o êxodo foi mais significativo, cerca de 12 mil pessoas foram autorizadas a passar a noite na sede da organização.

"Segundo a mais recente contagem, temos presentemente apenas 233 pessoas nas nossas instalações. As restantes foram transportadas por nós de regresso às suas residências", disse.

As pessoas que pernoveram nas instalações das Nações Unidas são familiares dos funcionários timorenses da UNOTIL.

De acordo com o último censo de população, realizado em 2005, o distrito de Díli tem registadas mais de 175 mil pessoas e na cidade residem cerca de 120 mil pessoas.

Na quinta-feira de manhã eram visíveis centenas de viaturas de todo o tipo concentradas junto a estações de serviço e supermercados, lotadas e carregadas de bens alimentares e móveis. À tarde, não havia praticamente movimento na capital.

Hoje, o movimento normal de viaturas na cidade aumentou, e voltaram a ver-se alguns camiões carregados, aparentemente preparados para saírem de Díli.

Em comunicado enviado à Agência Lusa, o gabinete do primeiro-ministro confirma que algumas pessoas decidiram hoje partir para o interior do país, "mas nada que se compare com o caudal de ontem (quinta-feira), quando milhares de pessoas abandonaram Díli, em pânico, com receio que se cumprissem os rumores que apontavam para um alegado ataque à cidade".

O documento acrescenta que, de acordo com o levantamento feito após os violentos incidentes de sexta-feira e sábado se concluiu que "foram destruídas integralmente 45 casas e outras 116 parcialmente, nos bairros de Taci Tolo, rotunda do aeroporto, Manleuana, Fomento, Taibessi e Becora".

"O governo já deu indicações para se começarem os trabalhos de recuperação das 45 casas totalmente destruídas, como também do mercado de Taibessi, extremamente danificado pelos eventos da semana passada", acrescenta o comunicado.

A comunidade portuguesa, que totaliza cerca de 400 pessoas, na sua maioria na capital, continua a observar os conselhos oportunamente feitos pela Embaixada de Portugal, no sentido de evitarem deslocações nocturnas, mantendo-se em casa. Até ao momento não há registo de qualquer tipo de incidente envolvendo cidadãos portugueses.

A situação de excepção que se vive em Díli teve início no passado dia 28, quando uma manifestação convocada por centenas de militares contestatários degenerou em violência, que se estendeu a partir do Palácio do Governo a bairros dos subúrbios ocidentais da cidade, provocando oficialmente cinco mortos e mais de 80 feridos.

Un servizo ofrecido polo
Observatorio Galego da Lusofonía (Ogalus)



<http://www.igadi.org/ogalus>

Coordenado por Ângelo Gonçalves Vicente

agoncalves@igadi.org

Tel.: (34) 986 35 72 38

Fax: (34) 986 35 72 38

O Ogalus é unha iniciativa do Instituto Galego de
Análise e Documentación Internacional (Igadi)



<http://www.igadi.org>